



# **CÂMARA MUNICIPAL CAMPO NOVO DO PARECIS**

## **Comissão Permanente de Finanças e Orçamento**

### **PARECER**

**OBJETO: PROJETO DE LEI Nº 101, DE 13.10.2022, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO, POR MEIO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, DOS SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (ATERRO SANITÁRIO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

### **I) RELATÓRIO:**

Compete à Comissão de Finanças e Orçamento examinar e emitir parecer sobre projetos de lei relacionados às matérias orçamentárias e tributárias, com destaque para o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, os créditos adicionais e as contas apresentadas anualmente pelo prefeito, pela Mesa Diretora da Câmara e pelo Tribunal de Contas do Município.

Foi encaminhado a esta Comissão o aludido projeto de lei. A Assessoria Jurídica desta Casa de Leis às fls. 10/11, em seu parecer se pronunciou em relação a aspectos estruturais do projeto, declarando legal o teor de sua propositura. Ademais, da mesma forma, as Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, bem como de Obras e Serviços Públicos, se manifestaram de forma favorável à aprovação do mesmo.

O Vereador Relator, após minuciosa análise, e, pelos debates realizados em diversas reuniões, se manifesta favorável à aprovação da propositura, diante do relevante interesse público, contudo, no intuito de aprimorar o texto, conforme ordenamento jurídico vigente, e para garantia do atendimento do interesse público, propõe o seguinte Substitutivo:

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO AO PROJETO DE LEI Nº 101, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022, com fundamento com fundamento no art. 75, § 5º e art. 120, § 2º do Regimento Interno,**



# CÂMARA MUNICIPAL CAMPO NOVO DO PARECIS

## Comissão Permanente de Finanças e Orçamento

**Autoriza a concessão, por meio de parceria público-privada, no âmbito do Município de Campo Novo do Parecis, dos serviços públicos de implantação e gestão do aterro sanitário municipal, nos termos das Leis Federais nºs 8.987, de 13.02.1995, 11.079, de 30.12.2004, e 14.026, de 15.07.2020, e dá outras providências.**

A Câmara Municipal decreta:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a delegar, por meio de parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa e mediante prévia licitação, a prestação dos serviços de implantação e gestão do aterro sanitário municipal.

Parágrafo único. O objeto da parceria público-privada será delimitado de acordo com os estudos de viabilidade técnica e econômica do empreendimento, parte integrante da presente Lei.

**Art. 2º.** Na contratação da parceria público-privada de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

I - eficiência no cumprimento das missões do Município e no emprego dos recursos da sociedade camponovense;

II - respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;

III - indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Município;

IV - responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias, mormente o disposto no art. 28 da Lei Federal nº 11.079, de 30.12.2004;

V - transparência dos procedimentos e das decisões;

VI - repartição objetiva de riscos entre as partes;

VII - sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

**Art. 3º.** A outorga de concessão será formalizada mediante contrato firmado entre a municipalidade com o concessionário vencedor, do qual constarão, entre outras, as seguintes cláusulas essenciais:





# CÂMARA MUNICIPAL CAMPO NOVO DO PARECIS

## Comissão Permanente de Finanças e Orçamento

- I - o objeto e o prazo da concessão, o qual pode ser de até 30 (trinta) anos;
- II - o modo, forma e condições de prestação do serviço;
- III - as regras, critérios e parâmetros definidores da implantação, expansão, alteração e modernização do serviço, bem como de sua qualidade;
- IV - os deveres relativos à universalização, à continuidade e à qualidade do serviço;
- V - a sujeição aos planos de metas de qualidade fixados pelo Poder Executivo Municipal;
- VI - as condições de prorrogação do contrato;
- VII - a remuneração da empresa concessionária, o regime de equilíbrio contratual e os critérios para sua recomposição;
- VIII - os direitos, as garantias e as obrigações do Poder concedente, do concessionário e dos usuários;
- IX - os casos de extinção da concessão e as hipóteses de intervenção;
- X - os bens reversíveis;
- XI - as sanções aplicáveis ao concessionário;
- XII - o foro e o modo amigável para solução das divergências contratuais.

**Art. 4º.** No edital deverá constar que a concessionária terá a obrigação de realizar a destinação final dos resíduos sólidos industriais, comerciais, agrossilvopastoris, de serviços de transportes, de saúde, de construção civil, incluídos os decorrentes do esvaziamento de fossas sépticas e de jardinagem ("lixo verde"), cujo manejo seja atribuído aos geradores, nos termos da Lei nº 1.915, de 15.03.2018 (Política Municipal de Saneamento Básico), mediante a contrapartida destes, por meio do pagamento de taxa específica a ser instituída por Lei.

**Art. 5º.** As taxas decorrentes da prestação de serviço de manejo de resíduos sólidos considerarão a destinação adequada dos resíduos coletados e o nível de renda da população da área atendida, de forma isolada ou combinada, e poderão, ainda, considerar:

- I - as características dos lotes e as áreas que podem ser neles edificadas;
- II - o consumo de água;
- III - a frequência de coleta.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL  
CAMPO NOVO DO PARECIS

**Comissão Permanente de Finanças e Orçamento**

Campo Novo do Parecis, em 27 de fevereiro de 2023.

**VER. WILLIAN FREITAS**

Presidente Relator

**II) VOTO DA COMISSÃO:**

**VER. MARCELO BURGEL**

Vice-Presidente

**"Pelas conclusões"**

**VER. MARCIO NASCIMENTO**

Membro

**"Pelas conclusões"**